

Tribunais arbitrais querem reforçar cooperação com sistema judicial

Coimbra recebe a partir de hoje a elite da arbitragem internacional. "Empresas devem ser sensibilizadas".

Inês David Bastos
ines.bastos@economico.pt

Numa altura em que uma das apostas do Governo passa pelo reforço do recurso aos meios alternativos de resolução de conflitos, a cidade de Coimbra vai receber durante três dias alguns representantes da elite da arbitragem internacional, nomeadamente do Brasil. Os advogados José Miguel Júdice, sócio da PLMJ, e António Pinto Leite, sócio da Morais Leitão, ambos árbitros, são os promotores desta iniciativa (ver caixas ao lado).

Em debate, hoje e amanhã, estarão a relação dos tribunais arbitrais com os tribunais do Estado, os conflitos societários e a arbitragem como forma de protecção do investimento estrangeiro, um instrumento que os 'juizes' dos tribunais arbitrais consideram fundamental para as empresas portuguesas e para o relançamento da economia, dado que permite a resolução mais rápida de conflitos. No encontro vão estar, também, muitos juizes, entre eles o presidente da Relação de Coimbra e o presidente da Associação Sindical de Juizes. O convite aos juizes partiu da importância que estes têm em muitas procedimentos dos tribunais arbitrais: na abstenção de meios de prova (se uma testemunha re-

cusar ir a tribunal arbitral, o juiz pode impor), na efectivação de medidas cautelares e na execução das sentenças arbitrais. Daí que, disseram ao Diário Económico José Miguel Júdice e António Pinto Leite, seja importante reforçar a cooperação com o sistema judicial. "A arbitragem não faz concorrência aos tribunais", diz Pinto Leite, ao mesmo tempo que alerta para a necessidade de os investidores "terem a percepção de que a Justiça funciona em Portugal", e isto passa também por haver uma boa relação entre arbitragem e tribunais do Estado. Júdice reforça: "A arbitragem precisa do apoio dos tribunais".

O advogado da PLMJ, com uma larga experiência em arbitragem internacional, nomeadamente de investimento, acrescenta que "é preciso criar uma cultura de arbitragem" em Portugal. "As empresas devem ser sensibilizadas pelos seus advogados para a existência da arbitragem", diz.

O ex-bastónario da Ordem dos Advogados deixa os seus conselhos às empresas que queiram investir noutro país ou às que fazem contratos em Portugal: "Na hora de realizarem um negócio ou um grande investimento devem optar por países que tenham acordo bilateral ou sejam membros da Convenção de Washington, e devem aconselhar-se com advogados para colocarem no contrato uma cláusula de arbitragem bem feita". Para o advogado e árbitro, as vantagens do recurso à arbitragem para dirimir um conflito entre empresas ou entre uma empresa e outro Estado passam pela "maior rapidez na decisão", porque o tribunal é criado em específico para aquele conflito, e pelo facto de "ser mais fácil executar uma sentença arbitral no estrangeiro" e de o tribunal arbitral "ser neutro". António Pinto Leite acrescenta: "O tribunal arbitral dá garantias de confidencialidade, quando se trata de proteger segredos industriais ou comerciais, bem como a própria reputação da empresa". ■

O 1.º encontro Internacional de Arbitragem em detalhe

O "Papel do poder judiciário no progresso da arbitragem" é o tema que abre o dia amanhã e nele participa a ex-presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil, Ellen Northfleet. Nesse dia estarão também em debate os conflitos nas sociedades e a protecção do investimento, com a intervenção de professores universitários e árbitros internacionais. Para falar sobre a arbitragem nos conflitos societários, José Miguel Júdice e António Pinto Leite convidaram professores da Universidade de Coimbra e também da

Universidade de São Paulo, no Brasil. Este país desenvolveu nos últimos anos com muita pujança a arbitragem, sendo actualmente o 4º país mais envolvidos neste processo de resolução alternativa de litígios. "Temos muito a aprender com o Brasil", frisa ao Diário Económico José Miguel Júdice. Os investimentos portugueses quer em Angola, quer no Brasil - e a forma como as empresas se podem proteger de eventuais conflitos ou resolvê-los - será outro dos temas a debater entre os peritos em arbitragem

internacional que durante três dias se reúnem em Coimbra. Para falar sobre a "crise soberana e a exposição do Estado português a arbitragens" de investimento o orador convidado foi Tiago Duarte, professor da Universidade Nova e sócio da sociedade de advogados PLMJ. Amanhã, os participantes (estão inscritos mais de 200, entre juizes, professores, estudantes e advogados) jantam na Quinta das Lágrimas, onde decorre uma conferência liderada por Rui Ramos, presidente do Tribunal Constitucional.



António Pinto Leite, da Morais Leitão, diz que a arbitragem não faz concorrência aos tribunais e lembra que a eficácia da Justiça dá estabilidade aos investimentos.